A Bolívia no Tempo Presente: o governo de Evo Morales (2006-2019) e a ruptura institucional de novembro de 2019.

Mayara de Oliveira Jardim[I]

Resumo: A renúncia da presidência por Evo Morales, em novembro de 2019, foi um reflexo da perda de apoio popular nas ruas. A disputa da narrativa sobre esse evento fez com que ocorressem debates nos meios acadêmicos. Longe de esgotar a discussão acerca do tema, o presente artigo se destina a debater a trajetória sobre os acontecimentos que levaram a ruptura institucional de 2019, bem como se debruçar sobre a trajetória política de Evo Morales. O trabalho se coloca pertinente à História do Tempo Presente e suas contribuições para a análise da sociedade boliviana de uma perspectiva histórica. Para tanto, foram utilizadas contribuições teóricas e historiográficas de autores referenciados no referido debate, e como fonte é utilizado documentos oficiais do governo e de instituições e notícias de periódicos.

Palavras-chave: Bolívia; América Latina; golpe de Estado.

Bolivia in the Present Time: the government of Evo Morales (2006-2019) and the institutional rupture of November 2019.

Abstract: The resignation of the presidency by Evo Morales, in November 2019, was a reflection of the loss of popular support in the streets. The dispute over the narrative about this event caused debates to take place in academic circles. Far from exhausting the discussion about the topic, his article is intended to discuss the trajectory of the events that led to the institutional rupture of 2019, as well as to address the political trajectory of Evo Morales. The work is relevant to the History of the Present Time and its contributions to the analysis of Bolivian society from a historical perspective. To this end, theoretical and historiographical contributions from authors referenced in the aforementioned debate were used, and official documents from the government and institutions and news from periodicals are used as a source.

Keywords: Bolivia; Latin America; Coup d'etat

A BOLÍVIA NO TEMPO PRESENTE: O GOVERNO DE EVO MORALES (2006-2019) E A RUPTURA INSTITUCIONAL DE NOVEMBRO DE 2019.

MAYARA DE OLIVEIRA JARDIM

Considerações iniciais

Na Bolívia, principalmente nos anos 2000, as ruas ditavam as estratégias políticas, pois segundo Pablo Stefanoni e Hervé do Alto era a mobilização do povo, principalmente da massa campesina e indígena, que pensava em um novo projeto para o país. Sendo assim, governantes que não apoiavam as solicitações sociais ou que estavam alinhados com um modelo neoliberal eram pressionados até saírem do cargo. Com a crise do modelo neoliberal na América Latina e com a Onda Rosa, que é a chegada de governos de esquerda ou centro-esquerda, sejam eles através de partidos ou organizações como o autor Fabrício Pereira da Silva (2014) define, podemos analisar o que constrói a trajetória da sociedade boliviana que vai culminar na vitória do MAS em 2005.

O intuito desse artigo é elaborar a história da Bolívia no século XXI com o governo progressista de Evo Morales e para isso foi dividido em partes para melhor compreensão: 1) contexto geral da América Latina após a década de 80 que é de suma importância para entender o entorno do país; 2) Bolívia no fim do século XX e o ciclo de levantes populares (2000-2005) para explicar as ebulições sociais pelas quais a Bolívia passou e que fizeram parte da construção social de Evo Morales e do MAS; 3) governo de Evo Morales e partes escolhidas para abordagem nesse artigo nos dar sustentação para as motivações do golpe; 4) o Golpe de 2019, em que analisaremos acontecimentos que se mostraram relevantes naquele momento histórico. Dessa forma, é possível ter uma visão linear e cronológica dos acontecimentos no país.

Contexto geral da América Latina após a década de 80

No fim do século XX, o neoliberalismo se expande como um projeto de modelo econômico e chega ao seu auge; a América Latina se torna um laboratório da experiência desse projeto hegemônico que ganha espaço por todo o território em proporções variadas. A facilidade de encaminhamento das medidas neoliberas pelos governos, segundo Carlos Eduardo Martins, é causada pela desmobilização social originadas das ditaduras militares, pois em 1980 os países na América Latina começavam sua redemocratização após sofrerem com golpes de Estados a partir das forças militares. Augustín Cueva apresenta que durante décadas as forças populares e de esquerda sofreram com a violência e repressão das ditaduras militares, desarticulando assim as organizações o que dificultava para que elas pudessem se reorganizar na luta com o novo quadro de redemocratização. Dessa forma, quando os países estão nas transições democráticas às organizações estão com suas expressões políticas muito reduzidas ou destruídas o que as impossibilita de oferecer resistência ao desmonte do projeto neoliberal.

A mudança do período ditatorial para o democrático é um momento conturbado para os países da região, pois todos estão sofrendo com a crise econômica que levou a questões como desemprego e estagnação econômica, além dos flagelos sociais causados pelos anos de ditaduras. O Presidente Reagan era o governante estadunidense nesse momento e sua posição era de que a ajuda aos países subdesenvolvidos fortaleceria a elite deles, pois enxergava as mesmas como incompetentes a partir do seu ponto de vista, sendo assim usava a política ao seu favor impondo aquilo que gostaria para a economia[II]. Dessa forma, em 1989, os Estados Unidos convocam uma reunião com alguns países latino-americanos, apresentando propostas para melhorar a economia latino-americana e a questão da dívida externa, conhecidas como as diretrizes do Consenso de Washington.

Os Estados Unidos colocaram alguns dos pontos como "(...) condição fundamental para que pudessem renegociar a dívida externa e receber qualquer recurso das agências financeiras internacionais" [III], pois se o Estado saísse do papel de regulador ou financiador das economias latino-americanas era um bom mercado para a economia estadunidense já que exportaria seus produtos com mais facilidade, além de facilitar na formação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), uma tentativa norte americana de se fortalecer dentro do continente. Com esse ponto é perceptível que a ofensiva neoliberal pela América Latina foi uma interferência direta estadunidense. Conforme Atílio Borón a corroboração com as diretrizes estadunidenses é entendida como um enfraquecimento do impulso democrático que os países latino-americanos estavam passando pós-época de ditadura militar, na qual a democracia já havia sido assaltada por golpes.

Enquanto é visto que há uma barganha para que os governantes aceitem essas diretrizes, Francis Fukuyama coloca que aqueles que governavam os países latinos americanos, e tinham sido democraticamente eleitos, aceitaram naquele momento, final da década de 1980, a competição do mercado livre e a abertura ao mercado mundial, colocando em prática as privatizações e o comércio livre para assim poderem sair do subdesenvolvimento, pois como o autor coloca eles partem da ideia de que o atraso do crescimento dos países é pela falta do capitalismo e não por causa do mesmo. Diferente do esperado de crescimento por parte dos teóricos que compartilhavam desse modelo econômico, na realidade o neoliberalismo acabou dilacerando as economias latino-americanas causando mais desigualdades sociais, extrema pobreza e aumento de desemprego[IV]. De acordo com Theotônio dos Santos, o avanço do neoliberalismo como modelo econômico e a imposição de políticas que se baseavam nele, levou à sociedade numa crise profunda e por causa disso as populações passam a não aceitar nas eleições as propostas neoliberais. É a partir da crise neoliberal que é possível ver a rearticulação das massas populares na rua e voltando a responder os ataques políticos aos seus direitos.

É no cenário de crise social e econômica que, nos anos 2000, os países latino-americanos passam por mudanças significativas de cunho político e social. A população participando ativamente das manifestações sociais; as elites que dominavam a sociedade e estavam no poder mesmo antes das ditaduras na América Latina e se perpetuavam nele, passam a serem tiradas a partir das crises políticas e econômicas que os países enfrentavam. Noberto Bobbio expõe há diferentes classes na política, uma é a classe de pessoas que governam que são aquelas que monopolizam o poder seja ele econômico ou político, mas ela vai mandar; e há também a classe de pessoas governadas que são aquelas que serão comandadas e não terão poder aquisitivo, partindo dessa teoria pode se explicar que os que governam são as elites e os governados o povo. Sendo assim, a elite latino-americana perde sua força quando seu poder é colocado em prova a partir da crise do neoliberalismo, se o modelo econômico hegemônico está em crise, aqueles que estão a sua volta perdem poder perante a sociedade.

Essa crise das elites na América Latina, e com as massas se manifestando e tomando os lugares nas ruas, cria novos atores políticos e lança holofote nas discussões que traziam. A resposta então é um movimento chamado de Onda Rosa pelo autor Fabrício Pereira da Silva que vai colocar que esse evento reflete a chegada de governantes de movimentos e instituições esquerda e/ou centro-esquerda, causando inclusive uma nova tendência nesses territórios já que muitos serão reeleitos ou vão eleger candidatos construídos em sua base, exemplo disso seria Lula no Brasil eleito duas vezes e, logo após sua saída, entra a presidente Dilma Roussef. A Onda Rosa se inicia na Venezuela com Hugo Chávez em 1998, mas é no século XXI que mais países irão ter essa guinada para uma mudança na forma ideológica dos governantes e para o autor Fabrício Pereira da Silva:

> essas esquerdas chegaram ao poder por uma combinação de adaptação organizativa, conferindo-lhe mais fluidez e flexibilidade; ampliação de suas propostas ideológicas e "público-alvo", conferindo-lhe maior amplitude programática e novas tradições; aceitação de valores democráticos básicos, e em alguns casos acúmulos eleitorais; e a preservação ao longo da década anterior de um núcleo oposicionista e programático bem delimitado e claro, a oposição às políticas neoliberais.[V]

Esse grupo de políticos progressistas que entram no poder pela América Latina, mesmo aqueles que não tinham intuito de radicalizar com o sistema vigente, buscam modificar as relações e melhorar a condição que os países se encontravam. Sendo assim, buscam sua autonomia e uma integração regional sulamericana para um maior apoio. É nesse momento de renovação política pelos territórios, manifestações sociais e crise do neoliberalismo que a sociedade boliviana voltar a modificar sua forma de fazer política. Assim como toda a região da América Latina, o país passava por uma instabilidade política no início do século XXI, fazendo assim com que os movimentos sociais pautem um novo horizonte político baseando-se nas manifestações nas ruas com o comando de campesinos e indígenas estavam à frente das disputas tomando o protagonismo das movimentações, pois quando analisamos o desenvolvimento de como a Onda Rosa se expande, uma das explicações dadas por Fabrício Pereira da Silva é a de que os governos com políticas neoliberais foram derrubados a partir da reação popular o que provocou mudanças de âmbito social e político.

Bolívia no fim do século XX e o ciclo de levantes populares (2000-2005)

A Bolívia passará por uma modificação na forma de fazer política e os atores sociais que se centraram nas reivindicações. Os movimentos sociais acabam se fortalecendo a partir do momento em que se deparam com a fraqueza do Estado e das suas instituições. O autor Garcia Linera compreende que ocorreu uma mudança com as novas formas de organização econômica no mundo, o que levará a uma nova organização das classes sociais, dessa maneira, surgiram novos grupos em todos os países, cada qual com sua especificidade. No caso boliviano, o grupo que vai se fortalecer no final do século XX, ainda na ditadura militar, é ligado ao movimento indígena e ao campo, pois com o enfraquecimento de movimentos operários como a COB[VI], principalmente após o governo ditatorial do general Hugo Bánzer durante a década de 1970, onde ele fez ataques diretos as suas organizações diminuindo a atuação dos operários, os associados ao indigenismo se fortaleceram e ganharam destaque na luta pela resistência democrática, principalmente pelo contexto no qual a América Latina estava vivendo[VII].

Em 1982, a Bolívia começa a passar pelo seu processo de redemocratização e segundo o autor Fabio Luis Barbosa dos Santos é quando o modelo neoliberal é colocado em prática no país e quando se inicia as sequências de mobilizações da massa tanto na cidade, quanto no campo. O presidente Victor Paz Estenssoro, que era conhecido pela revolução em 1952 com o *Movimiento Nacionalista Revolucionario* (MRN), institui de vez o modelo econômico neoliberal quando presidente entre 1985 e 1989. Conforme o autor Igor Fuser, o presidente Estenssoro coloca em prática o projeto econômico estadunidense a partir do Decreto Supremo 21.060 onde:

> (...) eliminou a proteção às indústrias nacionais, reduziu drasticamente os gastos públicos, liberalizou o mercado de trabalho, abriu o país aos investimentos estrangeiros, fechou as estatais deficitárias e iniciou a privatização em setores

> estratégicos da economia, como eletricidade, a telecomunicações e hidrocarbonetos.[VIII]

As reformas logo afetaram milhares de operários, pois nesse momento ocorre uma demissão em massa de 23 mil mineiros da estatal *Corporación Minera da Bolivia* (Comibol) que gera uma mobilização social chamada Marcha por la Vida com a presença de mineiros e setores populares do país que iam contra a demissão em massa e a realocação de trabalhadores. A marcha enfrenta uma forte repressão estatal que leva ao fim da mesma. Apesar da forma como Estenssoro recebe a manifestação, ela é uma expressiva voz da sociedade. Após os movimentos dos operários e mineiros, o desemprego aumentou e com isso alguns grupos de pessoas migraram para a região de Chapare. De acordo com os autores Alto e Stefanoni, nesse momento da década de 1980 o movimento *cocalero* ainda era muito dividido e a chegada desses grupos de operários de sindicatos está concomitantemente próximo a uma maior organização dos *cocaleros*.

Em 1998, é decretada a *Ley 1.008*, que estabelece regiões que são de cultivo de coca tradicionais, porém as que não são precisam ser erradicadas e substituídas, mostrando uma aproximação do presidente Estenssoro à política norte-americana[IX]. O movimento *cocalero*, principalmente ligado a Chapare, surge para combater as pressões contra o plantio da coca e tem um caráter ligado ao indigenismo e ao campesinato. Para Carlos Cortez Romero, esse movimento foi um dos primeiros a se organizar politicamente, tanto com as práticas dos sindicatos quanto nas atividades comunitárias da tradição andina. Logo um movimento que era apenas visto como se fosse de caráter econômico, se torna uma resistência política em que passa a integrar em suas lutas as questões sociais e passam a se opor diretamente contra ao neoliberalismo.

Em 1995, surge o Instrumento Político para a Soberania dos Povos, que terá o apoio de Evo Morales, pois enxerga isso como uma forma de conseguirem disputar as eleições municipais e parlamentares. Em 1999, ele se torna o *Movimiento al Socialismo* - MAS. Ele é criado para ser um instrumento político pelo qual os povos lutariam pela sua soberania[X]. Ele alternava entre as atividades coletivas e atividades parlamentares, tendo como um ator importante na construção de sua mobilização Evo Morales.

Para Mariana Bruce as elites vão ter dificuldade em reconhecer os levantes populares como vindo de sujeitos políticos, acabam tentando medidas assistencialistas e culturalistas que não vai condizer com a realidade das lutas sociais. É com essa efervescência política que a Bolíva entra no século XXI. É possível notar dois grandes momentos para o país: a Guerra da Água no ano 2000 e a Guerra do Gás no ano de 2003, as duas sendo incentivadas pelo capital estrangeiro. A Guerra da Água se inicia em janeiro e na época do governo de Hugo Bánzer, foi um dos ditadores da década de 1970, mas volta ao governo pela via democrática nesse período.

Segundo Pannain, no processo da luta contra a privatização da água, é criado pelas próprias organizações sociais, a *Coordenadora de Águas de Cochabamba* para lutar contra a Lei 2029 e o processo de privatização dos recursos hídricos; é sob a liderança dessa coordenadoria que a população vai fazer bloqueios e manifestações nas ruas, após a repressão de Bánzer e a insistência da população nas ruas, o que se tem como vitória é que:

> a Guerra da Água possibilitou o retorno da SEMAPA como empresa municipal. Sua condução passou a ser feita pela Coordinadora de Defensa del Agua y la Vida sob um modelo de gestão denominado pela entidade de "autogestionario y social". A população pôde ser incorporada à gestão de seus recursos hídricos. A água voltou a ser considerada um direito de todos, baseado na noção de direito à vida, e não um bem privado. E os irrigadores puderam voltar a discutir o controle de seus recursos com respeito à sua tradição.[XI]

Em 2002, ocorrem novas eleições e, pela primeira vez, Evo Morales e o MAS concorrem e ficam em segundo lugar, a constituição ainda estabelecia que o segundo turno fosse feito pela escolha do congresso, sendo assim a opção é por Sánchez Lozada que faz parte da elite boliviana. Entre setembro e outubro de 2003, ocorre a Guerra do Gás que é uma manifestação contra a ideia de se exportar gás boliviano para os Estados Unidos, segundo Fuser esse projeto começou a ser pensado ainda no governo de Bánzer, e além de exportar esse recurso natural ainda o conflito com o Chile pela saída para o mar que até hoje é uma questão para a sociedade boliviana. A população entra novamente em confronto direto com o governo e as forças de repressão, agora sob o comando de Sánchez Lozada. Fabio Luis Barbosa dos Santos coloca que é a partir desse enfrentamento que sairá a Agenda de Outubro que vai propor muitas medidas ao governo, sendo uma delas a renúncia que eles conseguem com a intensificação dos movimentos políticos, assumindo assim seu vice Carlos Mesa.

Mesa se propõe a colocar em prática medidas da Agenda de Outubro que tem duas principais reivindicações populares: nacionalização dos hidrocarbonetos e a convocação de uma assembleia constituinte, num primeiro momento apoiado pelo MAS[XII], porém não segue aquilo que o povo está pedindo e há novamente uma intensificação das mobilizações nas ruas com seus bloqueios e greves. Ele não responde com a repressão e renuncia o cargo de presidente, fazendo com que o presidente interino, Hormando Vaca Díaz que era presidente do senado naquele momento, antecipe as novas eleições para dezembro de 2005[XIII].

Construção de Evo Morales como figura política

Olhar para o processo boliviano desde os movimentos sociais nas ruas no fim do século XXI até a ruptura institucional que o país passa em 2019 é prestar atenção aos agentes históricos que fazem parte dessas movimentações. Um dos agentes mais conhecidos é o ex-presidente Evo Morales que teve sua trajetória construída a partir das bases sociais. Sua formação social se dá devido a dois momentos de grandes tensões na Bolívia: 1) momento pós ditadura militar, década de 80 e década de 90 do século XX e 2) os ciclos de grandes manifestações de 2000 a 2005. Ele se torna uma figura líder inquestionável do MAS tendo uma posição de articulador que é legitimado de diversas formas desde sua atuação no partido, no sindicato e como presidente[XIV].

Nos anos 1980, Evo Morales passa a apoiar os sindicatos *cocaleros* quando já está em Chapare, província de Coachabamba, e é onde sua família se torna produtora da folha de coca. Em 81 foi indicado como secretário dos esportes do sindicato e em 1988 atuava na Federação dos *Cocaleros* onde ajudou nas organizações dos *bloqueo*s contra as medidas políticas e econômicas do governo que estava aceitando o imperialismo norte-americano que tentava proibir e diminuir a produção de coca[XV], um produto importante em vários níveis para a sociedade boliviana. O que no início era visto como um movimento de caráter econômico se torna uma resistência política onde passa a integrar em suas lutas questões sociais e se opõe fortemente contra o modelo do neoliberalismo. Com a criação do MAS - ISPS, que não se parecia com os partidos tradicionais bolivianos, mas sim com a "(...) expressão institucional de um conjunto amplo e diversificado de entidades e ativistas do movimento social que se encontravam até então à margem da cena política" [XVI], Evo Morales se torna uma figura importante do partido e dirigente, inclusive ganhando como deputado em 1997.

Entender como sua base social dialoga com ele se faz necessário para analisar o que leva a uma crescente perda de apoio antes das eleições de 2019. Morales, numa entrevista dada em 2005 antes de se eleger, vai colocar que ele e aqueles que o apoiam querem começar a construir uma Bolívia sem opressão e exploração, educar o povo para construir uma nova

Bolívia. O que coloca em evidência qual era a meta do MAS para o país e porque lutavam tanto na rua quanto dentro dos aparelhos institucionais.

Em 2005, Morales lidera o movimento *cocalero* de Chapre na volta dos bloqueios das estradas contra o então presidente Carlos Mesa. Com a renúncia de Mesa e a antecipação das eleições para dezembro de 2005, como falado acima, Evo Morales e o partido Movimento ao Socialismo (MAS) se aproximam de outras entidades sociais fazendo assim uma frente política ampla e heterogênea, fazendo assim o Pacto de Unidade. Usaram a formula do poncho e da gravata para conseguirem se aproximar dos vários setores da sociedade, colocando Evo Morales, um homem indígena e do campesinato, e Álvaro Garcia Linera, um intelectual da classe média, com um objetivo em comum para disputar as eleições juntos[XVII]. Evo Morales assume a presidência com a maioria dos votos (54%) sem a necessidade de um segundo turno no congresso, algo que durante décadas não ocorria na Bolívia. A sua base ser dos movimentos sociais é um ponto importante para compreender o porque da sua figura ser envolvida em contradições que levam a ruptura de 2019, seja pela imagem que passa a elite seja pela não atuação em áreas políticas demandas por grupos de base social.

Governo de Evo Morales

Em 2006, Evo Morales toma posse da presidência em dois rituais: 1) pela primeira vez em séculos é organizado um ritual dos povos originários em Tiwanaku onde Morales é definido e apresentado como o líder dos indígenas das Américas e 2) o ritual de posse no congresso na presidência boliviana, essas ações mostram sua ligação com as bases indígenas e com as tradições esquecidas. Suas primeiras medidas são ligadas a agenda de Outubro, conciliando assim seu governo com seu programa eleitoral que estava diretamente ligada a história recente da Bolívia pela luta pela água, folha de coca e gás natural. Em seu discurso de posse em 22 de janeiro de 2006 o presidente destacou que:

> As lutas por água, por coca, por gás natural nos trouxeram aqui, irmãs e irmãos. Temos que reconhecer que essas políticas equivocadas, erradas, interesseiras, recursos leiloados, serviços básicos privatizados, obrigou o povo boliviano se conscientizar. Estamos na obrigação de mudar essas políticas.[XVIII]

Em maio de 2006, Evo Morales assina o decreto chamado "Heroes del Chaco" [XIX] onde nacionaliza os hidrocarbonetos e relembrando as jornadas de lutas pelas riquezas naturais e a importância da nacionalização para o crescimento do país. Sua outra colocação é chamar as eleições para deputados em julho de 2006 já que enfrentava uma forte oposição ao seu governo no senado e de governadores da Meia Lua[XX] boliviana. A convocação da Assembleia Constituinte ocorreu no meio da disputa e dos discursos autonomistas dos agentes políticos opositores. O debate sobre a mesmo levou três anos até a elaboração da nova constituição do país por causa da instabilidade política e a dificuldade do acordo entre as partes. Durante esse período, a oposição tentou por diversas vezes a disputa no âmbito político e o social, já que a Elite não aceitava um governo movido pelas bases sociais e suas reivindicações, tendo como uma das características o racismo e o ódio de classes, uma herança provinda de períodos coloniais[XXI].

Segundo Ilse Gomes Silva o movimento de separação das províncias do leste começou de forma violenta logo no início do mandato de Morales com a tentativa da oposição em desestabilizar o governo, além de depredação de prédios e invasões, começaram uma campanha para desmoralizar Morales, porém apesar das tentativas, Evo ganha no referendo revocatório que convoca para saber sobre a continuidade de seu governo em agosto de 2008. Em setembro, o presidente vai a público para expor uma tentativa de golpe civil contra seu

governo[XXII], sendo seguido do *massacre de Pando*[XXIII] onde assassinaram, estima-se 13 pessoas do grupo de indígenas que apoiavam Morales, sendo alvejados tanto por pessoas civis da oposição a Evo e agentes do governo de Pando, o que desarticula a oposição. Ocorre uma denúncia formal dos deputados do MAS sobre o desrespeito norte-americano a soberania da Bolívia, pois o embaixador Philip Goldberh foi acusado de financiar os grupos de oposição boliviana[XXIV] nesse momento de instabilidade política.

Após negociações com os partidos de oposição que contou com um pacto aonde as Elites latifundiárias, pensando aqui no grupo que manteve poder econômico e políticos, mantiveram a manutenção de alguns de seus privilégios retirando da constituinte pontos que a população pedia como, por exemplo, a reforma agrária o congresso consegue convocar o referendo constituinte. Em janeiro de 2009, a população vota a favor da nova Constituição e a carta Magna é referendada. A Bolívia passa a ser um país plurinacional que pretendia mostrar a partir do pensamento descolonizador uma nova organização política e social do país. É possível pensar no governo Morales como uma revolução democrática cultural, como o próprio governo se intitula quando inicia o mandato, pois a constituição boliviana faz uma mudança estrutural naquela sociedade. Não é mais a soberania do território, porém a soberania do povo na qual o Estado precisa pensar e manter. A partir da nova constituição e a colocação da Plurinacionalidade no cerne, é possível pensar a partir do autor Walter Mignolo em "Desobediência Epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política" que o poder está na comunidade e não no Estado e é isso que a Bolívia traz em sua história, é com a luta do povo, principalmente os campesinos e indígenas no recorte cronológico que estamos analisando, que o país se fortaleceu. A nova Constituição Plurinacional é um dos motivos de força para essa identidade em política, pois nela está inserido a existência de grupos antes marginalizados. Um exemplo possível é a colocação de línguas nativas como sendo também línguas oficiais do país, isso reforça a opção decolonial de se pensar a partir do colonizado e que tem força política e de construção de identidade.

Apesar da vitória da nova Carta Magna, há uma desvantagem para bases sociais do governo já que algumas reivindicações de alguns grupos indígenas e de outros grupos sociais foram retirados a partir dos acordos. Em 2010, Evo Morales começa seu segundo mandato e é onde o bloco formado para apoiá-lo no primeiro mandato começa a mostrar as suas rachaduras, principalmente por sua heterogeneidade já que há uma diversidade de povos indígenas e grupos sociais com suas ideologias e pensamentos que entravam em conflito. Ocorrem momentos de luta e pressão social com o governo onde será possível notar as rupturas com uma das suas bases sociais, os indígenas que são grupos heterogêneos. A promulgação da Lei Marco de Autonomias e Descentralização Andrés Ibañez em 2010 vai ser o marco dessa ruptura. A *Confederación de Pueblos Indígenas de Bolivia* (CIDOB), com apoio da C*onsejo Nacional de Ayllus y Markas del Qullasuyu* (CONAMAQ), duas instituições indígenas, denuncia o ministro de autonomias colocando que o mesmo não as ouviu, dessa forma organizam a *VII Marcha Indígena* e só se resolve quando senadores do MAS intervém para negociar o que leva as instituições indígenas conseguirem que suas reivindicações sejam inseridas no projeto.[XXV]

Debater a mobilização é preciso para entender as contradições existentes durante o período que Evo esteve como chefe de Estado da Bolívia, visto que uma das reivindicações da marcha era a consulta prévia aos povos originários quando o governo fosse ter medidas que impactassem suas terras, mas em alguns momentos durante os 13 anos de governo isso não aconteceu. Em 2011, por exemplo, o governo masista pauta um projeto que era a construção de uma estrada financiada pelo Brasil no Parque Nacional e Território Indígena Isiboro Sécure (TIPNIS) que tem grande importância para os indígenas, pois é o primeiro local de povos comunitários que foi demarcado, além de ser uma área rica em biodiversidade

e que já passava por problemas de ocupação ilegal. Os povos tinham medo de um fortalecimento desse comportamento prejudicial aquela área e a população indígena amazônica não queria que ocorresse a construção da estrada. A CIDOB organiza novamente uma paralisação das estradas com a *VIII Marcha Indígena pela Defesa do Tipnis* onde no meio de sua trajetória houve atrito com os camponeses e *cocaleros* que apoiavam a construção da estrada, o governo reprimiu a marcha o que para a autora Rafaela Nunes Pannain deixa nítido a descontinuidade do apoio entre o grupo do movimento indígena e Morales, em outubro de 2011[XXVI] o presidente suspendeu o prosseguimento do projeto alegando que foi o pedido do povo e o obedeceu, mas é um ponto que mostra a divergência do governo com parte do que já havia sido sua base.

Essas contradições internas apresentadas em alguns eventos como o enfrentamento a questões indígenas relatados acima e a mídia que se torna um reduto com acusações contra seu governo e sua própria vida pessoal faz com que a especulação e a forma como Morales era visto ir mudando. Além disso há o fato de que o governo de Evo Morales gerou revolta da Elite boliviana já que teve uma ascensão de grupos marginalizados como os indígenas e camponeses que passam a integrar a política e outros espaços de poder, além do reconhecimento da plurinacionalidade do Estado e das políticas públicas que ajudam a combater a pobreza. Partindo da análise teórica feita por Danilo Enrico Martuscelli sobre golpe de Estado com apoio de teoria de Poulantzs a ruptura institucional é desencadeada a partir dos conflitos de classes já que na Bolívia a classe dominante quer voltar a controlar os aparelhos estatais. Durante os treze anos de governo, a elite se coloca como oposição a Evo Morales mantendo disputas para retornar ao poder e quando a imagem do presidente enfraquece é onde enxergam uma oportunidade para agir já que em outros momentos não tiveram sucesso ao tentar retira-lo do cargo.

Ruptura institucional de 2019

De 20 de outubro de 2019, quando ocorre a eleição, até 11 de novembro de 2019, quando Evo Morales e seu vice Álvaro Garcia Linera renunciam seus cargos de presidente e vice-presidente, ainda em vigência até o final daquele ano, há sucessivos elementos que nos ajuda a construir a ideia de que ocorreu um Golpe de Estado contra o governo de Morales. É um processo que começa desde o referendo de 21 de fevereiro de 2016 quando há uma guinada nos rumos políticos e sociais do governo de Evo, sendo esse o momento que o MAS passa pela sua primeira derrota popular desde 2006. Em seu discurso de renúncia, Evo denuncia os ataques e ameaças que sofreram da oposição, inclusive violência feita com familiares, agradece aqueles que o apoiaram principalmente a seu vice. Faz um pedido para que a comunidade internacional fale sobre o golpe de Estado que acontece em seu governo.

Carlos Barbé no verbete sobre golpe de Estado expõe uma análise cronológica sobre o conceito na história e encontra indicadores vistos em todos os eventos. Sendo assim, é visto que o golpe de Estado acontece a partir de agentes do Estado, tendo a presença das forças armadas seja de forma arbitrária ou de "neutralidade-cumplicidade"[XXVII]. Sendo assim a denúncia de um golpe de Estado pelo presidente Morales é possível afirmar a partir dos indicadores vistos no verbete inclusive a cumplicidade das forças armadas com a oposição, além de ter uma mobilização política e social[XXVIII]. Alguns autores como o Fabrício Pereira da Silva vão colocar que essas novas formas de golpe do século XXI na América Latina podem ser chamadas de neogolpismo, onde debate que é encabeçado abertamente por civis tendo a força armada de forma sutil no seu desenrolar.

Partindo da análise do autor Marcos Napolitano que o conceito é algo mutável e que será modificado ao longo do tempo, mantemos aqui a nomenclatura golpe de Estado para

refletir sobre novembro de 2019 na Bolívia. Ressaltamos que houve o uso dos atores do próprio Estado boliviano com apoio das Forças Armadas, além de ser visto um apoio popular nas manifestações contrárias a Evo, principalmente da elite - tendo um papel importante atores da região de Santa Cruz com a presença do Comitê Cívico Pró Santa Cruz. Mesmo não sendo um golpe coercitivo, a América Latina do século XXI passa por essa ação política de tomada do poder utilizando o próprio Estado.

O ano de 2016 é o ponto chave para a análise do processo que levou ao golpe. Em fevereiro de 2016, o partido MAS tenta levar a frente o referendo com o objetivo de aprovar uma mudança na Carta Magna boliviana em relação à reeleição para presidente. Esse momento marca também a volta dos conflitos que a Bolívia já havia passado no início do século XXI nas ruas, principalmente por questões que vinham acontecendo como, por exemplo, o escândalo de corrupção que envolvia o Fundo indígena da Bolívia[XXIX]. A população não estava de acordo com medidas do governo e votou contra o referendo, seis dos nove departamentos bolivianos foram contra, e, ao invés de apoiar a decisão da sociedade, Evo Morales decide pelo caminho institucional.

Em 2017, o *Tribunal Constitucional Plurinacional (TCP)* permitiu que Evo viesse a concorrer em 2019. O líder do Comitê Cívico Pró Santa Cruz na época, Luiz Fernando Camacho, se colocou contra a ideia de uma reeleição do então presidente e já naquela época chefiou o movimento antirreeleicionista com forte base da juventude[XXX]. Em dezembro de 2018, o Tribunal Eleitoral Boliviano (TSE) confirma o resultado do tribunal constitucional quando aprova a candidatura de Evo Morales e seu vice, Álvaro Linera Garcia. Como a pesquisadora Marília Closs expõe em seu artigo, desde o referendo do ano de 2016, ocorreram manifestações sociais, inclusive com uma mobilização chamada 21F, que esteve todos os meses nas ruas desde fevereiro de 2016, além de greves por vários setores como os da saúde e bloqueios nas ruas de algumas cidades, principalmente da capital La Paz. É possível notar a partir da análise desse momento um enfraquecimento do poder governamental de Evo Morales e sendo disputado não apenas por manifestantes sociais, mas também por grupos políticos de oposição como o Comitê Cívico de Santa Cruz e de Potosí que se fazem presente.

Em outubro de 2019, a Bolívia passa por uma ruptura institucional onde Evo Morales, em nova tentativa de reeleição, foi acusado de fraude eleitoral por seus opositores. Na noite de 20 de outubro de 2019, o sistema tecnológico denominado como "Transmisión de Resultados Electorales Preliminares" (TREP), que permite saber a parcial da votação, foi suspenso e parou de transmitir as contagens dos votos. Pablo Stefanoni coloca que a oposição já aguardava para tentar barrar a eleição usando a fraude eleitoral como um meio, pois já vinham se aproveitando do discurso de que Evo Morales queria se manter no poder a todo custo, sendo autoritário e desrespeitando a decisão popular. O governo pede para que a Organização dos Estados Americanos (OEA) vá fazer uma auditoria e já nesse momento começa os movimentos de bloqueios e manifestações. No caminhar, a polícia passa a fazer parte e o que tem início no departamento de Coachabamba, se estende a todos os departamentos com repressão policial que naquele momento não mais está ao lado de Morales. A OEA apresenta que o que aconteceu na noite do dia 20 de novembro foi uma fraude no sistema eleitoral no seu relatório preliminar o que dá apoio à tese da eleição fraudada que os opositores queriam usar para anular os resultados.

Na ebulição das manifestações, Luiz Camacho ganha força, se aproxima do líder do Comitê Cívico de Potosí, Marco Prumari, e resolve ir a La Paz para entregar uma carta de renúncia para o presidente assinar. Em sua primeira tentativa de chegar a La Paz é marcada pela população impedindo sua passagem ainda no aeroporto de El Alto em apoio a Evo Morales[XXXI]. No dia 10 de novembro, Camacho[XXXII] acompanhado de Prumari entrega a carta de renúncia para Evo assinar e uma bíblia, o que faz referência a sua fala uns dias antes num

Comício na cidade de Santa Cruz: "Não vou com armas, vou com minha fé e minha esperança; com uma Bíblia na minha mão direita e sua carta de renúncia na minha mão esquerda"[XXXIII]. A bíblia entra como um forte símbolo da oposição de Camacho inclusive religiosa e contrária a questões indígenas, nesse caso tangendo a fé dos mesmos.

Evo Morales fala em se fazer uma nova eleição como forma de tentar diminuir as reivindicações opositoras, assim como a OEA e alguns líderes da direita boliviana, como Carlos Mesa, sugerem, porém, seguem tendo movimentações populares que acabam gerando uma crise social pela quantidade de feridos e mortos. Em 10 de novembro de 2019 a COB pede a renúncia do presidente e, logo depois, os militares sugerem o mesmo - o que, na opinião do autor Pablo Stefanoni, dá uma característica de golpe de Estado.

No dia 10 de novembro de 2019, às 17 horas, Evo Morales renuncia o seu cargo como presidente, logo em seguida o seu vice Álvaro Linera Garcia e outros políticos das cadeiras do MAS renunciam em seguida pelo medo a sua integridade física pelas ameaças que sofriam no momento. Após sua renúncia, ele sai do país para o México e ganha status de exilado político já que sua integridade física estava em perigo, assim como ele muitos outros integrantes do partido MAS, renunciam e se afastam. Jeanine Añez, senadora da oposição e que tinha pouco destaque até aquele momento, se autoproclama presidenta da Bolívia, mesmo sem o quórum necessário do parlamento[XXXIV], e com apoio das forças armadas. A reação popular é ir às ruas pedindo que ela saia e que Evo Morales retorne ao cargo, as manifestações são duramente reprimidas pela Polícia e pelas Forças Armadas, que são absolvidos de responsabilidade penal a partir de um decreto do governo de Añez aqueles que cometem algum ato durante as repressões da manifestação civil e ainda libera o uso de armas de fogo. No dia 17 de novembro, já era contabilizado 24 mortos, 715 feridos e 50 detidos[XXXV].

Considerações finais

Pensar no governo Evo Morales é refletir sobre sua construção a partir das bases sociais e das lutas pela soberania da Bolívia, pois ele vem dos sindicatos e das ruas e em como o afastamento deles o enfraquece durante os 13 anos de mandato. A partir da revolução democrática cultural, intitulada assim pelo próprio governo, é possível perceber a importância desses grupos, pois é uma revolução passiva na qual não foram necessárias às armas para que ocorresse uma transformação social, cultural e política, mas sim da participação e protagonismo do povo nos debates e na construção. Esse ponto é fundamental ao compreender a força da oposição ganhando apoio desde 2016 nas ruas já que passa a não existir mais uma conversa com Evo Morales para alguns grupos, o que fez com que tivesse um ponto de afastamento entre sua base e seu governo. O governo masista passou pela mesma crise hegemônica que a oposição passa no início do século XXI, pois perde sua base e acaba enfraquecendo a sua capacidade de ser uma direção política, dando margem para a direita se fortalecer em seu discurso e ganhar espaço na disputa pelo poder. A diferença é que a oposição golpista segue querendo ser a soberana e olhar apenas para seus próprios ganhos, enquanto as mobilizações de ruas durante o golpe mostram que apesar do MAS ter tido uma perda de apoio, os movimentos sociais seguem lutando para que esteja na frente do governo quem reconheça a soberania dos povos da Bolívia.

Notas

[I] Graduanda em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, colaboradora do Laboratório de Estudos de Imigração (LABIMI) e bolsista de extensão do projeto "Ideias Políticas e História do Tempo Presente da América Latina entre 1998 e 2020: uma comparação entre Bolívia, Equador e Venezuela".

[II] SANTOS, T. dos. I. O Neoliberalismo como Doutrina e o Futuro da Ciência Econômica. In: SANTOS, T. dos. Do terror à esperança - auge e declínio do Neoliberalismo. São Paulo: Idéias & Letras, p.21-92, 2004.

[III]BANDEIRA, L. A. M. As políticas neoliberais e a crise na América do Sul. Revista Brasileira de Política Internacional. Brasília: online, v. 45, n.2, p.135-146, 2002.

[IV] Idem.

[V] PEREIRA DA SILVA, F. Quinze anos da onda rosa latino-america: balanço e perspectivas. OPSA, v.9, n.12, 2014. p.4.

[VI] *Central Obrera Boliviana*

[VII] ANDRADE, E. de O. A Revolução Boliviana. São Paulo, UNESP, 2007.

[VIII] FUSER, I. Bolívia. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016. (Nossa América Nuestra). p.27.

[IX] ARAUJO, R. P. de. Entre a revolução, a instabilidade política e a ruptura democrática: um olhar sobre a história do tempo presente boliviana entre 2006 e 2019. Estudos Ibero-Americanos: Porto Alegre, v. 47, n. 2, p. 1 -27, 2021.

[X] BRUCE, M. Ñaupax Manpuni [Olhar o Passando Mirando o Futuro]: O Protagonismo Indígena nas Lutas Populares da Bolívia (da Comunidade ao Estado). Revista Eletrônica da ANPHLAC. Volume 20, Número 28: Jan./Jul., 2020, P. 364-401.

[XI] DRUMOND, N. A guerra da água na Bolívia: a luta do movimento popular contra a privatização de um recurso natural. Revista Nera, n. 18, p. 186-205, 2015. p.199.

[XII] BARBOSA DOS SANTOS, F. L. op. cit., p. 215-266, 2018.

[XIII] CUNHA FILHO, C. M. A construção do Estado Plurinacional na Bolívia: institucionalizando o abigarrado sem homogeneização modernizante? In: ENCONTRO NORTE E NORDESTE DE CIÊNCIAS SOCIAIS, Teresina. Anais do... Teresina: UFPI, 2012. Disponível em: < http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/21608/1/2012_eve_acmcunhafilho.pdf>. Acesso em: 19/12/2020.

[XIV] ALTO, H. do. La "revolución" de Evo Morales o los caminos sinuosos de la refundación de Bolivia. In: GAUDICHAUD, F. (ORG). El volcán latino-americano: Izquierdas, movimientos sociales y neoliberalismo al sur del Río Bravo. Balance de una década de luchas: 1999-2009. Tradução por Arturo Anguiano. Edición Textuel, Paris, p. 99 -110, 2008.

[XV] Entrada da DEA (*Drug Enforcement Agency)* - agência estadunidense com o objetivo de combate às drogas e o narcotráfico.

[XVI] FUSER, I. op. cit., p.27. p.43.

[XVII] BRUCE, M. op. cit., 2020.

[XVIII] BOLÍVIA, Presidente (2006-2019: Evo Morales). Discurso completo de Evo Morales en la investidura presidencial. Laz Paz, 22 de janeiro de 2006, tradução nossa. Disponível em: < https://cimi.org.br/2006/01/24330/>.

[XIX] Bolivia: Nacionalización de hidrocarburos "Héroes del Chaco", DS Nº 28701, maio de 2006.

[XX] Os governadores desses departamentos utilizaram métodos diversos para enfraquecer o governo de Evo Morales, mas principalmente usavam a partir do referendos autônomicos. (PANNAIN, R. N. A reconfiguração da política boliviana: reconstituição de um ciclo de crises. São Paulo: Lua nova, 105: 287-313, 2018.)

[XXI] ARAUJO, R. P. de. op. cit., 2021.

[XXII] Evo Morales denuncia tentativa de "golpe civil" na Bolívia. Noticias UOL: La Paz, setembro de 2008. Seção Internacional. Disponível em: < https://noticias.uol.com.br/ultnot/afp/2008/09/04/ult34u211093.jhtm>. Acesso em: 06/12/2020.

[XXIII] Estima-se que tenham sido assassinados 13 indígenas e que o governador da oposição participou. (PRESSE, F. Ex-governador boliviano é condenado a 15 anos de prisão por massacre de indígenas. Globo: G1, março de 2017. Seção: Mundo. Disponível em:<https://g1.globo.com/mundo/noticia/ex-governador-boliviano-condenado-a-15-anos-de-prisao-por-massacre-de-indigenas.ghtml>. Acesso em: 06/12/2020.

[XXIV] Morales expulsa embaixador dos EUA na Bolívia. BBC BRASIL, setembro de 2008. Disponível em:<https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2008/09/080910_bolivia_embaixadorrg>. Acesso em: 06/12/2020.

[XXV] PANNAIN, R. N. A reconfiguração da política boliviana: reconstituição de um ciclo de crises. São Paulo: Lua nova, 105: 287-313, 2018.

[XXVI] Presidente boliviano cancela projeto de estrada que cortaria Amazônia. Globo: G1, outubro de 2011. Seção: Natureza. Disponível em: <http://g1.globo.com/natureza/noticia/2011/10/presidente-boliviano-cancela-projeto-de-estrada-que-cortaria-amazonia.html>. Acesso em: 06/12/2020.

[XXVII] BARBÉ, C. Golpe de Estado. In: BOBBIO, N., MATTEUCCI, N. & PASQUINO, G. (Org). Dicionário de Política. 11ª Edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, p. 545-547, 1998.

[XXVIII] Idem.

[XXIX] Escândalo de corrupção que ocorreu em 2015. O fundo recebe dinheiro diretamente da exportação de gás e é revertido para projetos nas comunidades originárias. A investigação começa a partir de denuncias sobre o uso do dinheiro em projetos fantasmas. (Molina, F. Corrupção atinge indígenas bolivianos. El País, online, março de 2015. Disponível em: < https://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/05/internacional/1425593284_385755.html>. Acessado em: 06/12/2020.

[XXX] STEFANONI, P. Bolívia después de Evo. Espanha: Fundación Carolina, novembro de 2019.

[XXXI] Opositor barrado em La Paz. Correio Braziliense, online, novembro de 2019. Seção mundo. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2019/11/06/interna_mundo,804125/opositor-barrado-em-la-paz.shtml>. Acessado em: 06/12/2020.

[XXXII] É importante ressaltar que Camacho, chamado por seus apoiadores de "Macho Camacho", é uma pessoa da extrema direita da Bolívia, ligado as elites empresarias e com discurso com teor religioso.(Quem é Luis Fernando Camacho, o 'Bolsonaro boliviano' que despontou em meio à renúncia de Evo. BBC NEWS, online, novembro de 2019. Seção mundo. Disponível em:< https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50354666>. Acessado em: 06/12/2020.).

[XXXIII] Forças Armadas pedem a renúncia de Evo Morales para pacificar a Bolívia. Correio do povo, online, novembro, 2019. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/mundo/for%C3%A7as-armadas-pedem-a-ren%C3%BAncia-de-evo-morales-para-pacificar-a-bol%C3%ADvia-1.379240>. (Acessado em: 06/12/2020.)

[XXXIV] MANET, F. A senadora Jeanine Áñez assume a presidência da Bolívia sem quórum no Parlamento. El Pais: Santa Cruz de La Sierra, novembro de 2019. Seção: internacional. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/12/internacional/1573566340_453048.html?ssm=TW_CC>. Acessado em: 06/12/2020.

[XXXV] MANÇANO, L. Bolívia em cinco dias golpistas aprofundam violência e elevam número de mortos a 24. Brasil de Fato: São Paulo, novembro de 2019. Seção Internacional. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/11/18/bolivia-em-cinco-dias-golpistas-aprofundam-violencia-e-elevam-numero-de-mortos-a-24>.

Referências bibliográficas

ALBERTI, Carla. **Bolivia: La democracia a una década del gobierno del MAS.** Rev. Cienc. Polít., Santiago, vol.36, n.1, pp.27-49, 2016.

ALTO, Hérve do. **La "revolución" de Evo Morales o los caminos sinuosos de la refundación de Bolivia.** *In*: GAUDICHAUD, Franck (org.). El volcán latino-americano: Izquierdas, movimientos sociales y neoliberalismo al sur del Río Bravo. Balance de una década de luchas: 1999-2009. Tradução por Arturo Anguiano. Edición Textuel, Paris, p. 99 - 110, 2008.

ANDRADE, Everaldo de Oliveira. **A Revolução Boliviana.** São Paulo: UNESP, 2007.

ARAUJO, Rafael Pereira de. **Entre a revolução, a instabilidade política e a ruptura democrática: um olhar sobre a história do tempo presente boliviana entre 2006 e 2019.** Estudos Ibero-Americanos: Porto Alegre, v. 47, n. 2, p. 1 -27, 2021.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **As políticas neoliberais e a crise na América do Sul.** Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília: online, v. 45, n.2, p.135-146, 2002.

BARBÉ, Carlos. **Golpe de Estado.** *In:* BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Org). Dicionário de Política. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 11 Ed, p. 545-547, 1998.

BARBOSA DOS SANTOS, Fábio Luis. **O *proceso de cambio* na Bolívia: tensões criativas ou destruidoras?** *In:* BARBOSA DOS SANTOS, Fábio Luis. Uma história da onda progressista sul-americana (1998-2016). São Paulo: Elefante, p. 215-266, 2018.

BOBBIO, Norberto. **Teorias das Elites.** *In:* BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Org). Dicionário de Política. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 11 Ed, p. 385-391, 1998.

BOLÍVIA, Presidente (2006-2019: Evo Morales). **Discurso completo de Evo Morales en la investidura presidencial.** Laz Paz, 22 de janeiro de 2006. Disponível em: https://cimi.org.br/2006/01/24330/.

BORON, Atílio. **Después del saqueo: el capitalismo latinoamericano a comienzos del nuevo siglo.** *In*: BORON, A. Estado, capitalismo y democracia en America Latina. Coleccion Secretaria Ejecutiva, Clacso, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad de Buenos Aires, Argentina, p. 15-38, 2003.

BRUCE, Mariana. **Ñaupax Manpuni [Olhar o Passando Mirando o Futuro]: O Protagonismo Indígena nas Lutas Populares da Bolívia (da Comunidade ao Estado).** Revista Eletrônica da ANPHLAC, *[S. L.]*, v. 20, n.28, p.. 364-401, 2020.

CLOSS, Marília. **Polarização política na Bolívia: o crescimento da oposição do Governo Evo Morales entre 2016 e 2018.** Boletim OPSA, Rio de Janeiro. n. 3, p. 11-15, 2018.

CUEVA, Augustín. **La cuestión democrática en América Latina: algunos temas y problemas.** Revista de Estudos Avançados, *[S. L.]*, v.2, n.1, p. 41-77, 1988.

CUNHA FILHO, Cleyton. Mendonça. **A construção do Estado Plurinacional na Bolívia: institucionalizando o abigarrado sem homogeneização modernizante?** In: ENCONTRO NORTE E NORDESTE DE CIÊNCIAS SOCIAIS, Teresina. Anais do ... Teresina, *[S. L.]*, 2012. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/21608/1/2012_eve_acmcunhafilho.pdf.

CUNHA FILHO, Cleyton. Mendonça. **Evo Morales e a construção do novo bloco histórico: entre o nacional-popular e o indigenismo.** Revista OIKOS, *[S. L.]*, v.10, n.2, p. 150-173, 2011. Disponível em: http://www.revistaoikos.org/seer/index.php/oikos/article/view/257/157.

CUNHA FILHO, Cleyton. Mendonça. **Evo Morales, o conflito do TIPNIS e as dificuldades de articular** uma nação. Boletim OPSA, Rio de Janeiro, n. 03, p. 4-8, 2011. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/21337/1/2011_art_ecmcunhafilho.pdf.

DRUMOND, Nathalie. **A guerra da água na Bolívia: a luta do movimento popular contra a privatização de um recurso natural.** Revista Nera, *[S. l.]*, n. 18, p. 186-205, 2015.

FRAGA, PPaulo César Pontes. **A geopolítica das drogas na América Latina.** Revista em Pauta. Faculdade de Serviço Social do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Editora Revan, n. 19, p.67-88, 2007.

FUSER, Igor. **Bolívia.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.

FUKUYAMA, Francis. **Capítulo 4: A revolução liberal mundial.** *In*: FUKUYAMA, Francis. O Fim da História e o Último Homem. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1992.

LINERA, Alvaro Garcia. **La potencia plebeya: acción colectiva e identidades indígenas, obreras y populares en Bolivia.** Bogotá: Siglo del Hombre Editores y Clacso, 2009.

MARTINS, Carlos Eduardo. **Dependência, neoliberalismo e novos padrões de desenvolvimento.** *In:* MARTINS, Carlos Eduardo. Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina. São Paulo: Boitempo, p. 313-367, 2011.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. **O golpe de Estado como fenômeno indissociável dos conflitos de classe.** Revista Demarcaciones, n. 6, p. 1-15, 2018. Disponível em: http://revistademarcaciones.cl/wp-content/uploads/2018/05/13.-Martuscelli.pdf

MIGNOLO, Walter. **Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad.** Buenos Aires: Del Signo, 2010.

MORALES, Evo. **Lutas sociais na Bolívia: Entrevista com Evo Morales.** [Entrevista concedida a] Ramon Casas Vilarino. Projeto História, São Paulo, v. 31, p. 337-348, 2005.

NAPOLITANO, Marcos. **Golpe de Estado: entre o nome e a coisa.** Revista Estudos Avançados, São Paulo, vol.33, n. 96, p. 395-420, 2019.

PANNAIN, Rafaela. **A reconfiguração da política boliviana: reconstituição de um ciclo de crises.** Lua nova, São Paulo, n. 105, p. 287-313, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0102-287313/105.

PEREIRA DA SILVA, Fabrício. **O fim da Onda Rosa e o Neogolpismo na América Latina.** Revista Sul-Americana de Ciência Política, v. 4, n. 2, p. 165-178, 2018.

PEREIRA DA SILVA, Fabrício. **Quinze anos da onda rosa latino-americana: balanço e perspectivas.** OPSA, Rio de Janeiro, v.9, n. 12, 2012.

PEREIRA DA SILVA, Fabrício. **Vitórias na crise: trajetórias das esquerdas latino-americanas contemporâneas.** Rio de Janeiro: Ponteios, 2011.

POZAS, Luis Miguel Uharte. **Una década del gobierno del M.A.S en Bolívia: un balance global.** Barataria. Revista Castellano-Manchega de Ciencias Sociales, *[S. l.]*, n. 22, p. 131-148, 2017. Disponível em: https://www.revistabarataria.es/web/index.php/rb/article/view/363.

SADER, Emir. **Crise hegemônica na América Latina.** Revista em Pauta. Rio de Janeiro: Editora Revan, n. 19, p.15-26, 2007.

SANTOS, Theotônio dos. **O Neoliberalismo como Doutrina e o Futuro da Ciência Econômica.** *In*: SANTOS, Theotônio. dos. Do terror à esperança - auge e declínio do Neoliberalismo. São Paulo: Idéias & Letras, p.21-92, 2004.

SILVA, Ilse Gomes. **Lutas sociais na Bolívia e o protagonismo dos movimentos sociais antissistêmicos.** Revista de Políticas Públicas, *[S. l.]*, número especial, p. 279-284, 2010.
STEFANONI, Pablo. **Bolívia después de Evo.** Análisis Carolina, *[S. l.]*, n.29, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.33960/AC_29.2019.

STEFANONI, Pablo; ALTO, Hervé do. **La revolución de Evo Morales: de la coca al palacio.** Buenos Aires: Capital Intelectual, 2006.

STEFANONI, Pablo; MOLINA, Fernando. **¿Cómo derrocaron a Evo?.** Revista Anfibia. Buenos Aires, 2019. Disponível em: https://revistaanfibia.com/ens ayo/como-derrocaron-a-evo/.